

O Brasil Colônia na ficção contemporânea d'aquém e d'além-mar

Colonial Brazil in contemporary fiction from both sides of the sea

MARILENE WEINHARDT

Universidade Federal do Paraná/CNPq



Resumo: As insurreições contra o jugo português despontaram, aqui e ali, ao longo dos três séculos da história da colônia. Desses movimentos, o mais conhecido e o que tem se mostrado mais profícuo para a ficcionalização é a Inconfidência Mineira. Nem só escritores brasileiros perceberam seu potencial. Em *A cidade do homem* (2010), o português Amadeu Lopes Sabino ficcionaliza episódios desse momento histórico, privilegiando as circunstâncias biográficas de Antônio Dinis da Cruz e Silva, o juiz a quem coube julgar os revoltosos das Minas Gerais. Outra conjuração, ocorrida poucos anos depois e com número muito maior de condenados à forca e ao esartejamento, ocupa menos espaço nos registros históricos e na ficção. A Sedição dos Alfaiates (1798), acontecida na Cidade da Bahia, é a matéria do escritor brasileiro Krishnamurti Góes dos Anjos, em *O touro do rebanho* (2013). A narração é constituída pelas memórias de um cidadão, dono de engenho ao tempo dos acontecimentos. A proposta da abordagem é examinar as coincidências e as diferenças na concepção da cena histórica na criação dos dois escritores contemporâneos.

Palavras-chave: ficção histórica; Amadeu Lopes Sabino; Krishnamurti Góes dos Anjos.

Abstract: Insurrections against the Portuguese rule emerged here and there over the three centuries of Brazilian colonial history. Among these movements, the best known and most fruitful for fictionalization has been the Inconfidência Mineira (Minas Gerais Conspiracy). Not only Brazilian writers have realized its potential: In *A cidade do homem* (2010), the Portuguese writer Amadeu Lopes Sabino fictionalizes episodes of this historical moment, favouring the biographical circumstances of Antônio Diniz da Cruz e Silva, judge assigned to the Minas Gerais insurgents trial. Another conspiracy, which occurred a few years later and had greater number of sentenced to the gallows and quartering, takes up less space in historical and fictional record. The Revolta dos Alfaiates (*The Conspiracy of the Tailors*), that took place in the captaincy of Bahia in 1798, is the subject of the Brazilian writer Krishnamurti Góes dos Anjos in the novel *O touro do rebanho* (2013). The narrative consists of the memories of a citizen who owned a sugar cane mill when the events took place. The proposal of this text is to examine similarities and differences between the historical scene conception from both contemporary authors.

Keywords: historical fiction; Amadeu Lopes Sabino; Krishnamurti Góes dos Anjos.

Quando as colônias inglesas da América do Norte declararam Independência, em 1776, abriu-se a primeira fissura no sistema colonial atlântico. A constatação de que era possível contemplar os interesses dos proprietários contra a metrópole alastrou-se rapidamente pelo mundo colonial ibero-americano. O reformismo dos filósofos iluministas franceses e a queda do Antigo Regime na França, em 1789, contribuíram para incendiar as mentes dos colonos com ideias de liberdade, igualdade, fraternidade, pátria, constituição, reforma e revolução. Palavras que se transformariam em conceitos-chave do mundo atual.

(LOPEZ e MOTA, 2008, p. 274)



Introdução

Nas últimas décadas do século passado, a ficção histórica foi modalidade narrativa de grande vigor na produção romanesca ocidental. Nas literaturas em língua portuguesa, a revisitação ao passado foi altamente produtiva. Cada porção de usuários da língua privilegiou o que era premente em seu presente. Os portugueses experimentavam os efeitos da Revolução dos Cravos e reaprendiam a vida democrática; os brasileiros viviam os últimos suspiros do regime militar e, na sequência, a abertura política; a comunidade lusófona na África passava pelos derradeiros episódios das lutas colonialistas e intentava fundar ou resgatar identidades. Vale observar que o termo “identidades” é usado aqui sem discussão por economia, uma vez que não é esse o foco deste estudo, passando ao largo da produtividade e das controvérsias a que dá margem. A rigor, a abordagem do ponto de vista da questão identitária é rentável para toda a produção que se pode acolher na rubrica ficção histórica, constituindo traço relevante desse subgênero. Não é a via principal que se percorre por ora.

Remonta-se à cena histórico-política. Nos momentos de reordenação, alcançando o espectro político, social e ético, como é o caso da experiência das nações citadas no período referido, a evocação ao passado cumpre várias funções, por vezes antitéticas, por vezes erigindo-o como modelo, por vezes exorcizando-o com vistas a sepultá-lo. Vencido o período de urgência, independente das revisões promovidas pelos profissionais dos estudos da história, esta permanece como fonte eventual para ficcionistas, em fluxo que não transborda as margens. Nestas primeiras décadas do século XXI, o levantamento dos títulos romanescos em língua portuguesa que ficcionalizam o passado histórico mostra que a listagem não cresce mais em progressão geométrica, como se dera nas últimas décadas do século passado, mas nem por isso a modalidade dá sinais de esgotamento. Tomando-se a produção brasileira como parâmetro, quanto ao número de títulos e quanto ao grau de realização – só porque é mais viável para o pesquisador acompanhar de perto uma porção com limites mais estreitos, não porque esta deva ser vista como modelar – é possível aventar a possibilidade de um movimento que se pode denominar como uma espécie de decantação. Via de regra, não mais se ficcionaliza o passado porque todos o estão fazendo, pelas razões que forem – resgate de identidade, afirmação de nacionalidade, idealização da vida dos antepassados, desmascaramento de processos de heroificação – e sim quando o escritor se sente diante da urgência e do desafio de presentificar este ou aquele recorte do tempo para ressignificar o tempo pretérito ou entender o contemporâneo. Significativo para o estudioso da ficção histórica não é o evento escolhido em si, mas

o modo de figurá-lo. Entretanto, a preferência por determinada época, com seus problemas e consequências quanto ao modo de buscar selecioná-los, diz bastante, não exatamente, ou não somente sobre o tempo histórico, mas sobretudo sobre o presente.

Está além do escopo desta abordagem empreender análise abrangente, abarcando produção cujo leque permita ensejar qualquer tentativa de generalização. Intenta-se aqui o exame de duas obras de publicação bastante recente, uma portuguesa e uma brasileira, ambas versando sobre momentos próximos no tempo e decorrentes das mesmas circunstâncias históricas – a condição colonial do Brasil no momento descrito no trecho constante na epígrafe acima – com o objetivo de observar alguns paralelismos e muitos contrastes, em princípio manifestos nos recursos ficcionais, mas cujo alcance atinge outras instâncias, como se buscará demonstrar ao longo das análises.

Sob a ótica da metrópole

A Inconfidência Mineira contém os ingredientes ideais para romances históricos, seja na vertente mais tradicional, seja para narrativas que se querem contestadoras – como resistência em relação aos modelos históricos e aos modelos estéticos – narrativas que tomaram impulso nas últimas décadas do século passado. O caráter libertário, a imprecisão quanto ao alcance geográfico da sedição, a presença marcante de poetas entre os conjurados, o nome de indivíduo do povo erigido como herói a certa altura das narrativas históricas são componentes que permitem alto rendimento no plano ficcional. Sem tratamento estatístico rigoroso, uma vista de olhos na produção nacional das últimas cinco décadas permite aferir a exploração desse potencial, que tem como concorrentes mais próximos, em termos quantitativos, a Revolução dos Farrapos, a Guerra do Paraguai e a transferência da corte para o Brasil. Nem só os brasileiros frequentaram essa seara. Tem-se em vista, a seguir, o escritor português Amadeu Lopes Sabino, com o título *A Cidade do homem*, publicado em Portugal em 2010, contando com edição brasileira datada de 2013.

O começo da abordagem se dá pelo fim do volume, quer dizer, pela citação do período de abertura do texto intitulado “Nota final” (p. 557-559), texto esse que pautará esta leitura: “Biografia imaginada de um letrado do século XVIII dividido entre dois continentes e duas eras, *A Cidade do Homem* não é um romance histórico.” O autor justifica a recusa da etiqueta, tendo em vista a caracterização tradicional da forma tal como foi apreendida por G. Lukács, no ensaio clássico *O romance histórico*, produzido na década de 30 do século passado e contemplado com tradução para o português em 2011. Amadeu Lopes Sabino, em outro texto, um ensaio,

publicado no volume que traz o título *Entre dois séculos* (BIZÂNCIO, 2014), marca sua singularidade em relação aos contemporâneos e autoriza seu leitor a entender que recusa a inclusão na categoria pós-moderno. Seguem-se alguns recortes de trechos do referido ensaio, atendendo aos propósitos desta leitura:

Não sou um escritor profissional e reivindico esse não-ser. [...] O lugar do pensador, que o escritor e o intelectual ocuparam na modernidade, é agora monopólio do *show man*. [...] O escritor profissional contemporâneo (a pós-modernidade, se se quiser) assume-se pois como um não-intelectual, um criador que não reflete mas sente, que não emite pensamentos mas partilha afetos, que não transmite ideias mas impressões. [...] Faço parte de uma linhagem de autores anterior à profissionalização da escrita surgida nas últimas décadas: [...] A minha vida peripatética forjou uma escrita com referentes múltiplos, que, como já disse, pouco têm de comum com a literatura portuguesa contemporânea e que se situam num não-território, na desterritorialização... (SABINO, 2014, p. 95-96).

É Roberto Acízelo de Sousa, em resenha do romance de Lopes Sabino publicada na *Colóquio Letras* (n. 189, maio-ago. 2015), quem chama a atenção para o rendimento da aproximação da escrita ensaística com o romance, sugestão da qual se tira partido na sequência.

Retoma-se o argumento anunciado: a despeito dessa resistência explícita do autor, que aponta nas duas direções temporais opostas, ou seja, a herança do século XIX e a novidade do fim do século XX denominada pós-modernidade, para negar pertencimento a qualquer delas, esta leitura se faz na chave da ficção histórica, da ficção histórica contemporânea, possibilidade subscrita por leitor a quem o autor abriu espaço para voz na edição brasileira. Em “Carta de Rui Mourão”, texto constante na edição da Record, depois de dois parágrafos em que contesta a declaração do autor quanto à negativa sobre a realização de ficção histórica e analisa as contradições entre o planejado e o realizado, o mineiro se posicionou:

Sou de opinião que *A Cidade do Homem* se define melhor como narrativa histórica. Assim entendido, o livro cresce em coerência e dignidade. Ele se transforma num monumental painel revelador das condições políticas e sociais do império português no século XVIII (SABINO, 2011, p. 557).

Entender o romance como ficção histórica não significa qualificá-lo como tributário da concepção scottiana e nem enquadrá-lo no modelo pós-moderno. Entre esses dois modelos, as variáveis possíveis são muitas. E, como bem percebeu Rui Mourão, lê-lo nessa chave pode resultar em percepção que mais o valoriza.

Seguindo na proposta de examinar o romance à luz da já referida “Nota final”, é mister deter-se, para exame mais apurado, no longo parágrafo central desse texto, que ocupa uma página e meia do total de duas, incluindo os parágrafos inicial e final, estes muito breves. O autor explica ter descoberto António Dinis da Cruz e Silva pela conjugação de eventualidades: pelas circunstâncias do próprio nascimento, em Elvas, e pela leitura de *O Hissope*, “sátira episcopal elvensê escrita no último quartel do século XVIII”; mais tarde, acasos da vida propiciam a adoção de mais uma “segunda pátria”. Nas palavras do autor:

Entre Elvas, Lisboa, Rio de Janeiro e Vila Rica de Ouro Preto, o reencontro com António Dinis da Cruz e Silva tornou-se inevitável. O autor de *O Hissope*, auditor nos juízos militares elvensê, viveu vinte e três anos na América portuguesa e aí foi membro do Tribunal da Inconfidência que julgou e condenou os conjurados mineiros de 1789. A execução do Tiradentes, ícone, herói e mártir dos brasileiros de hoje, louvado nas escolas e nas comemorações patrióticas, fez do António Dinis deste livro uma figura negativa da História do Brasil. Agravando o juízo, os historiadores da literatura brasileira, movidos por preconceitos patrióticos, recusam-lhe um lugar entre os árcades locais... (SABINO, 2010, p. 557-558).

Esse é o herói do romance. Pouco mais de sua biografia é conhecido. Há ainda a reivindicação do lugar do poeta, mas esse aspecto fica para mais adiante. É preciso transcrever trechos da continuação da nota, com o intuito de chamar a atenção para o modo de pesquisa empreendida pelo escritor e, especialmente, pela exploração da proposta da narrativa:

Seguindo-lhe os passos durante cinco anos por terras d’aquém e d’além mar, propus-me a pensar e ver Portugal, o império português e o Mundo pela cabeça e pelo coração de um letrado iluminista setecentista, partidário da liberdade de pensamento e das reformas políticas do despotismo régio, julgador de amigos, conhecidos e desconhecidos que nos domínios americanos ousaram conspirar... (SABINO, 2010, p. 558).

Quanto ao registro sobre o modo de realização da pesquisa, faz sentido a evocação em vista da discussão sobre ser ou não romance histórico. A pesquisa em si não assegura essa condição, mas essa busca, essa forma de busca é argumento em favor da classificação em que se propõe incluir a obra. Relevante, para a perspectiva de leitura defendida aqui, é essa proposta de tomar o lugar desse homem para ver esse espaço, que é geográfico, político e social, e esse outro tempo. Se tal declaração ocupasse lugar na abertura do volume, o leitor esperaria um romance em primeira pessoa. Não é essa a opção do

autor, que coloca em relevo o verbo “pensar”, em parceria com “ver”. O discurso é altamente reflexivo. Anuncia-se “pela cabeça e pelo coração”. Se é possível entender essa dupla como binômio que corresponde a outro, o herói está para o coração, suas emoções estão lá, enquanto o autor está para a cabeça, a razão orienta-o.

Empregou-se o termo “autor” no período anterior não por descuido ou descaso com a teoria. Aliás, a leitura vem percorrendo caminho que não é habitual na prática de análise de romances da ensaísta. Estão sendo evocados elementos extratextuais, ou pelo menos paratextuais, quando se costuma insistir na importância da análise textual. A expectativa é que a estratégia se justifique nas citações seguintes, estas do trecho romanesco mesmo.

Em passagem próxima ao desfecho, ao informar sobre trabalhos com os quais os degredados eventualmente se ocuparam na África, o narrador empreende análise de cunho histórico-político, ao explicar que a própria Coroa que os condenara “demitiu-se das funções punitivas e encarregou de tarefas de soberania os vassallos que considerara malévolos e indignos do nome português, fazendo deles escrivães, juizes, alcaldes, agentes do estado, recebedores do fisco, contadores e inquiridores do erário público” (SABINO, 2010, p. 524). No período seguinte, a voz autoral passa a considerações sobre o *ethos* português, esfumando a barreira temporal: “Essa incúria discricionária que passa por tolerância, essa moleza opressora que passa por cordialidade, faz parte da matriz lusitana e, qual monstro lendário, aparece, desaparece e reaparece regularmente nos comportamentos dos poderes públicos em Portugal” (SABINO, 2010, p. 524-525) – comentários que, na continuidade, extrapolam o plano sociológico para se estendem para o plano político – “Como acidente em regimes de liberdade política, como regra na ditaduras” (SABINO, 2010, p. 525) – e transbordam, para ilustrar a permanência, não só para o século XX, mas para circunstâncias biográficas do autor, sem disfarce:

Em 1972, condenado por crime contra a segurança do Estado – o crime de inconfidência do Estado Novo –, fui degredado do oficialato miliciano, expedido para uma vilória do interior e incorporado numa companhia disciplinar, uma unidade correcional do exército em que, entre umas dezenas de condenados e suspeitos de crimes comuns, eu era o único delinquente político. Sujeito perigoso, desmerecedor de tocar em armas mas merecedor de empunhar vassouras e esfregões, coube-me a honra de, em atenção à minha licenciatura em Direito, ser provido no cargo de faxina na secção da justiça. Depois de um breve período de empenho exclusivo na limpeza, o comandante da companhia, à míngua de letrados, mandou-me associar a pena à vassoura e despachar os processos da justiça militar esquecidos nas gavetas do quartel (SABINO, 2010, p. 525).

Seguem-se comentários sobre os absurdos e os atrasos dos processos, para concluir o parágrafo enfatizando a visada crítica ao apresentar o que seria situação cômica, não fosse a ironia que denuncia os descabros:

Em nome de um aspirante que dirigia a secção de justiça e que apenas desejava que o deixassem beber e dormir, o soldado faxina exercia *de facto* as funções de oficial de polícia judiciária militar, redigindo notas de culpa, despachando processos para julgamento, decidindo da soltura de presos. Assim se honrava a ilustra casa lusitana na segunda metade do século XX! (SABINO, 2010, p. 525).

O discurso romanesco, seguindo com a voz e a experiência empírica do escritor, comporta colagem de versos de Gonzaga com que o prisioneiro político costumava consolar-se, a notícia da transferência para a frente de combate justamente onde esteve Gonzaga e, afinal, a decisão de desertar.

O movimento temporal segue ágil. O parágrafo seguinte remonta aos inconfidentes, para logo transitar para o século XIX, detendo-se em comentários sobre um romance de Camilo Castelo Branco em que Tiradentes figura como personagem – *O demónio do ouro* – ensejando a análise, mais uma vez na voz autoral, sobre a personagem histórica e seu rendimento na história do Brasil ao longo do século XX.

Depois desta incursão pelo romance, volta-se ao mesmo parágrafo da “Nota Final”, esperando ter deixar claro o diálogo que se tenta estabelecer entre os textos do autor, o ficcional e o ensaístico, este presente também na instância romanesca. Retoma-se trecho da “Nota”:

[...] descobri em António Dinis e nos seus companheiros (chamemo-los assim, mesmo aqueles que condenou), homens e mulheres que, em remotas paragens, em período de transição dentre o antigo regime e a era das revoluções, imaginaram, pela primeira vez na História, o futuro dos indivíduos e da sociedade como uma projeção da inteligência humana e não como o resultado transcendente de tortuosos caprichos dos deuses (SABINO, 2010, p. 558).

Usa-se a arma do autor mesmo, ou melhor, suas palavras, em defesa da tese aqui esposada. Amadeu Lopes Sabino intenta e realiza a figuração desses indivíduos do século XVIII, inscritos na época e na cena em que viveram. Não é a ficcionalização da história factual, mas da história das ideias, para não usar a proscrita expressão história das mentalidades. É essa a chave de leitura que parece a mais rentável. As circunstâncias biográficas e históricas de António Dinis são narradas, ou melhor, as possíveis circunstâncias, uma vez que a documentação pouco oferece. Roberto Acízelo, na resenha já citada,

chama a atenção para a narração dos amores, muitos relacionamentos, como cabe a um romance, diz Acízelo, embora o registro biográfico faça menção a um único caso amoroso da personagem (SOUZA, 2015, p. 246-247). O mesmo vale, em relação ao rendimento ficcional, para tantas outras experiências: nascimento, infância e juventude, estudos, oportunidades em Portugal, ou falta delas, mudança para o Brasil, acomodações na colônia, ou também falta de ajuste às condições profissionais, ensaios e tentativas poéticas. Enfim, vivências que dão estofamento à personagem, e sobretudo dão densidade ao indivíduo inscrito no tempo e no espaço. O que se lê é a “biografia imaginada” do juiz da Inconfidência Mineira, e também é, talvez caiba melhor dizer, é sobremaneira a ficcionalização do universo mental que orientava a vida na metrópole e na colônia, próximo ao final do século XVIII.

Sob a ótica da colônia

O paralelismo mais evidente a estabelecer com o romance de Lopes Sabino seria com uma ou algumas das figurações desses mesmos eventos na produção nacional, que não rareiam, como dito de início. Os ficcionistas brasileiros, praticamente desde o aparecimento do romance entre nós até hoje, foram e são atraídos pela sedução das personagens de contornos difusos entre a atuação política e a literária, temperada por agitados envolvimentos amorosos, desnecessário dizer que é indiferente se reais ou imaginados. Além, é claro, da oportunidade da discussão sobre o ideário divulgado a partir da Revolução Francesa e da independência dos Estados Unidos, independente da permeabilidade efetiva da sociedade colonial a tais ventos libertários e igualitários. O leque vai de Teixeira e Sousa, considerado autor do primeiro romance brasileiro, com o título *O filho do pescador*, de 1843, que alguns mais tarde deu a público a obra *Gonzaga ou a conjuração de Tiradentes* (1848-51) (BOSI, 1975, p. 111), a esta segunda década do século XXI, com *O barbeiro de Vila Rica* (2014), de Fuad G. Yazbeck. O caminho que se apresentaria de imediato seria o de comparações entre o modo de figuração de acontecimentos e de personagens. A ideia do paralelismo que se pretende implementar não é examinar a diferença de percepção do ponto de vista de colonizadores e colonizados, que corre o risco de cair em juízos maniqueísta, sobre personagens ou sobre autores, apenas trocando o sinal. Encontra-se ensejo para outra ordem de cotejo na abordagem do romance *O Touro do rebanho* (2013), do escritor brasileiro Krishnamurti Góes do Anjos, que teve oportunidade de publicação em Portugal e “obteve o primeiro lugar no Concurso Internacional de Literatura da União Brasileira de Escritores UBE/RJ em 2014, na categoria Romance” (ANJOS 2014, p. 232). O

enredo é construído pela ficcionalização da Sedição dos Alfaiates, acontecida na Cidade da Bahia, em 1798.

Adriana Lopez e Carlos Guilherme da Mota, em *História do Brasil: uma interpretação*, se detêm na análise dos dois movimentos, inclusos na listagem de conflitos e conspirações que denotavam a crise do sistema colonial, “indicando mudanças estruturais mais profundas que estavam por vir. Do ponto de vista econômico e institucional, o sistema metrópole-colônia já não funcionava, dado o peso da carga tributária e o custo e a desatualização da máquina administrativa e jurídico-política” (2008, p. 280). Menos de uma década medeia entre uma e outra insurreição. Inconfidência Mineira, como se procurou lembrar acima, é uma expressão que evoca logo um conjunto de personagens e de acontecimentos. O mesmo não acontece quanto à Conjuração dos Alfaiates. Buscando na memória do tempo dos bancos escolares, quando se detecta algum eco, é vago, difuso. No caso desta conjuração, a imprecisão quanto aos contornos históricos e o destino das personagens não se mostrou produtiva do ponto de vista ficcional. Na Cidade da Bahia, o número de condenados à pena capital, na forca, seguida de esquartejamento, sem direito a sepultura, martírio que garante a glória a Tiradentes, é de quatro indivíduos! A comoção popular, à época, não terá sido menor. Ainda assim, pouco se sabe sobre tais eventos. Sem ignorar as diferenças pontuais entre as duas conspirações, se ainda fosse necessário provar que nosso imaginário é alimentado por narrativas, na acepção ampla, inclusive por imagens, e não pelos acontecimentos em si, este seria um bom exemplo.

A construção romanesca de *O touro do rebanho* tem em vista preencher tal lacuna, jogando luz sobre os sucessos ocorridos na Bahia e reivindicando seu lugar na história nacional, conforme palavras do autor, no parágrafo de abertura de texto publicado em periódico da área dos estudos históricos:

Todo livro tem uma história. A desse começou há exatos oito anos, tempo que levou para compô-lo. Durante esse período dediquei-me o quanto pude às pesquisas e detidas reflexões a respeito desse obscuro episódio da história brasileira, sempre muito mal explicado pela chamada historiografia oficial (ANJOS, 2014, p. 232).

A opção narrativa é pelo discurso memorialístico, na voz de quem confessa que participou de algumas reuniões em que se discutiu a exploração abusiva que a metrópole promovia e, tão logo a situação se mostrou perigosa e arriscada, tratou de se afastar do grupo contestador e negar qualquer relação mais próxima com os sediciosos. Passadas mais de duas décadas – as memórias ficcionais são datadas de 1823, quando os sinais de independência se mostram incontestes (vale lembrar que a Independência,

na Bahia, se dá quase um ano depois do grito do Ipiranga. A tropa portuguesa se retira de Salvador em 2 de julho de 1823. LOPEZ e MOTA, 2008, p. 340) – tal indivíduo, antigo dono de engenho então já de fogo morto, ocupa-se em buscar reunir o maior número possível de documentos que permitam, em conjugação com sua própria vivência, entender o que aconteceu naquela quadra temporal. Tais documentos, citados parcial ou integralmente, permeiam as memórias, impondo-se nas páginas finais, em transcrição ou reprodução fac-similar, antecédidos da observação:

Nota da Editora: Os documentos seguintes foram encontrados anexos ao maço dos originais destas memórias, recolhidos na paz e decore da Biblioteca do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. Como se referem de maneira direta aos fatos relatados e o autor não deixasse recomendação expressa de sigilo, entendemos oportuna a publicação (ANJOS, 2013, p. 319).

Trata-se, evidentemente, de recurso narrativo, independente da fidelidade a escritos oficiais. Na última orelha do livro, sob o título “Duas palavrinhas apenas”, o autor – este sim o autor empírico – explica:

Por incrível que possa parecer, a realidade desta obra de ficção contou com o valioso apoio dos documentos do Projeto Resgate Barão do Rio Branco, o que propiciou um renovado olhar em nossa história. Esse Projeto foi criado institucionalmente, em 1995, por meio de protocolo assinado entre as autoridades portuguesas e brasileira no âmbito da Comissão Bilateral Luso-Brasileira de Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental. Tem como objetivo principal disponibilizar em microfimes e digitalizados em CDs os documentos históricos relativos à História do Brasil, existentes em arquivos de outros países, sobretudo Portugal e outros países europeus com os quais tivemos uma história colonial imbricada. (ANJOS, 2013, última orelha)

Seguem-se detalhes sobre a organização e a disponibilização dos documentos, para concluir:

Tal massa documental extremamente reveladora, cotejada com recentes trabalhos históricos, e o muito do que já se escreveu no passado sobre a história da Conjuração Baiana de 1798, possibilitou também estender a perspectiva da presente obra a um período de tempo mais dilatado, indo a 1823, às vésperas da Independência do Brasil na Bahia. Assim, pelas vias da ficção é que nossa história busca se reconstruir (ANJOS, 2013, última orelha).

Portanto, neste caso, a ficção histórica se assume como tributária da história, sem disfarces. Tal não quer dizer que a narrativa emula o discurso histórico, antes

pelo contrário. O narrador encarece dificuldades de vida que são suas, apresentadas como particulares, ainda que agravadas pelas circunstâncias político-econômicas da colônia. Na tentativa de ganhar mais dinheiro e conseguir lustro para seu nome, de modo a ser considerado digno da mulher amada, descarta-se da condução do engenho e envolve-se em transporte e venda de escravos, negócio que se revela de grande risco e logo culmina em avultados prejuízos. Nessa trajetória, ele participa de certas reuniões e tem alguns encontros, de forma acidental ou não, com os que virão a ser os condenados pela sedição, todos homens do povo, sem expressão social. Quando percebe a gravidade da ameaça, o narrador consegue distanciamento a ponto de passar incólume quando a repressão mostra sua força em reação violenta de caráter exemplar. Seu castigo não vai além da perda da fortuna, o que não é muito em comparação com os castigos infligidos aos conspiradores.

A narração, em princípio mostrando-se como a tentativa de uma pessoa de entender o próprio percurso de decadência, ocupando-se em coletar informações e documentos sobre o período em que sua sorte mudou, praticamente como um *hobby*, em muitas passagens assume o tom de crônica da época, descrevendo o clima político, social e econômico. A escravidão negra e suas consequências merece espaço expressivo. Entretanto, singularidade mais marcante fica por conta da atenção à presença de franceses no meio social baiano e sua influência, como ideário e eventualmente como promessa de apoio tático. Pairando sobre tudo e dando o tom, sobressaem as dificuldades enfrentadas por uma metrópole em franco declínio, cuja soberania está ameaçada frente ao quadro europeu, e busca extrair a salvação nos recursos da colônia.

Nesse plano, tudo é explicitado na análise do narrador. Resta uma dúvida: quem é ele? Não nomeado na própria voz ou na fala de outras personagens, seu cotidiano é de proprietário de médio porte, dono de engenho e comerciante, cujo envolvimento na sedição não passou de acaso fortuito. Tratando-se de memórias, é habitual que logo na abertura se faça alguma referência ao memorialista. Nada se revela de imediato. O subtítulo, todo em caixa alta, ainda que longo, cumprindo duas funções, no plano estético emulando escritos do século XVIII e no factual adiantando os dados históricos constantes do enredo – “Memória da sedição dos alfaiates de 1798 na Bahia onde se deduz as elementares razões para a pena de enforcamento e esquartejamento de quatro pobres homens do povo proferida por uma corte devassa e corrupta” – não permite vislumbrar qualquer vestígio de autoria, além do ajuizamento expresso nos qualificativos. Em passagem do último terço do romance, um comentário na voz de “homem que funcionava como um secretário geral da Justiça de vossa majestade na Bahia” (ANJOS, 2013, p. 244),

visto retrospectivamente, revela-se como indício: “Nesse rebanho todo de traidores e mal-agraçados, as investigações mostraram que há alguns touros bem graúdos envolvidos.” (ANJOS, 2013, p. 245). Enfim, a última cena traz um diálogo entre o narrador e um frei. Na voz deste há mais alguns detalhes de episódios da época, enquanto o narrador faz uma espécie de exame de consciência, oportunidade para apresentar resumo de seus contatos com os condenados e explicitar remorsos: “Nem eu nem ninguém mexeu uma única palha pelas vidas daqueles homens...” (p. 313).

Até aí, a única referência, ainda que indireta, a propósito do título aparecera na passagem transcrita no parágrafo acima. Mas há ainda algumas anotações finais, pouco mais de duas páginas, sob o título “Insistentes linhas”, cuja fidedignidade é assegurada pelo recurso de registrar passagens ou termos ilegíveis, com essa condição registrada entre colchetes, conforme procedimento técnico habitual em transcrições. O trecho começa informando que o narrador não consegue conciliar o sono: “As lembranças voltaram a assaltar-me, e também me incomoda o ponto final que havia posto há pouco no texto” (ANJOS 2013, p. 314). O leitor se pergunta pela razão do incômodo, já que parecia estar concluída a realização do que projetara para constar no relato. Seguem-se mais alguns detalhes dessa insônia, comentários sobre as possíveis reações de “algum leitor futuro”, e um parágrafo que se lança para o tempo vindouro:

Ainda que estejamos atravessando esta borrasca de consequências imprevisíveis, creio que as coisas tendem a voltar à abjeta serenidade da tradição, estabilizada pelo jogo político de influências, favores, demonstrações de prestígio e poder do senhorio firmemente ancorado na escravidão, e motivo de vergonha diante de um julgamento de consciência histórica da futura República brasileira. Se um dia houver República Brasileira... (ANJOS, 2013, p. 315).

O trecho que segue de imediato parece uma lembrança acidental, sem conexão sequencial obrigatória:

O abade francês D’Auboeuf, em seu *Histoire des révolutions arrivés dans le gouvernement de la république romaine* (...), revela que certo Públio Crasso, poderoso e rico romano, participou de uma conspiração na antiga Roma. Entretanto, por ser poderoso e rico, passou à história como o Touro do Rebanho, em quem não se poderia tocar (ANJOS, 2013, p. 315).

O parágrafo prossegue, dizendo da condição do narrador no presente da narração e traz um último período em que, depois de mais algumas dúvidas sobre a ação de recordar, conclui com “não me escuso de datar e assinar estas memórias”. Da data já havia indicações – “Bahia,

junho, 26 – 1823”, surpreendente é a assinatura, que afinal sela o título e o fim: “O Touro do Rebanho” (com maiúsculas) (ANJOS, 2013, p. 316). Ou seja, independente do nome próprio, a participação desse memorialista na conspiração não foi tão acidental como se sugere ao longo do relato. A condição de proeminência garantiu-lhe a impunidade, mas o tribunal da consciência não se deixa enganar. Essa forma de apresentar a assinatura, depois da referência aos acontecimentos da antiga Roma, faz com que o leitor perceba outro dimensionamento. Revela-se o que não foi dito, aquilatando tanto a condição social do memorialista, mais alta do que o relato dá a entender, bem como seu envolvimento na conjuração, mais efetivo do que o relato fazia supor.

Paralelismos e contrastes

Espera-se que já seja dispensável reafirmar que a intenção não é a de tomar cada obra como prototípica da produção de cada um dos países. O alcance da abordagem é limitado à figuração da colônia e da metrópole presente nessas duas obras especificamente. O que se pretende é chamar a atenção para a forma como opera a ficção, desestabilizando a história. Em uma primeira leitura, pode-se concluir que os dois romances, um autor negando a condição de romance histórico, outro afirmando a intenção de reconstruir a história, são reivindicatórios de justiça histórica – se é que cabe essa expressão – o português clamando pelo reconhecimento da situação, se não de vítima, pelo menos de injustiçado pela história, inclusive pela história literária, do juiz que julgou os conspiradores da Inconfidência Mineira, enquanto o brasileiro acusa a ganância e os desmandos da Coroa na exploração da colônia.

Entretanto, a atenção aos recursos ficcionais faz com que se percebam outras possibilidades de leitura, inclusive contrapostas à que se apresenta na superfície do texto. Se, à primeira vista, um romance que ficcionaliza luta entre duas causas toma partido de uma, e conseqüentemente demoniza a outra, pode também conter a leitura que solapa esse maniqueísmo. Amadeu Lopes Sabino, com um narrador identificado com o autor empírico, no século XXI, põe em evidência o modo de ser lusitano, que se perpetua ao longo dos séculos. Krishnamurti Góes dos Anjos, criando um narrador memorialista que participou dos acontecimentos, denuncia a defesa dos interesses pessoais sob a capa do bem coletivo, a omissão e a pusilanimidade dos conterrâneos quando os ventos mudam e o poder estabelecido retoma as rédeas da situação.

A ficção que dialoga com a história não pretende tomar o lugar desta ou vencê-la, mas estabelecer contrapontos que, no movimento de ir e vir, iluminam as duas áreas com outras luzes.

Referências

- ANJOS, Krishnamurti Góes. *O touro do rebanho*. Lisboa: Chiado Editora, 2013.
- _____. A propósito deste romance: O touro do rebanho. *Expedições: Teoria da história e historiografia*, Goiânia, v. 5, n. 1, p. 232-237, jan.-fev. 2014,
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1975.
- LUKÁCS, György. *O romance histórico*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.
- LOPES, Adriana; MOTA, Carlos Guilherme. *História do Brasil: uma interpretação*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008.
- SABINO, Amadeu Lopes. *A cidade do homem*. Porto: Sextavante Editora, 2010.
- _____. *A cidade do homem*. Rio de Janeiro: Record, 2013.
- _____. *Entre dois séculos: viagem ao passado próximo*. Lisboa: Bizâncio, 2014.
- SOUZA, Roberto Acízelo de. A Cidade do Homem. *Colóquio Letras*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, n. 189, maio-ago. 2015, p. 245-248.
- YAZBECK, Fuad. *O barbeiro de Vila Rica*. Rio de Janeiro: Record, 2014.

Recebido: 14 de março de 2016
Aprovado: 25 de maio de 2016
Contato: weinhardt@ufpr.br